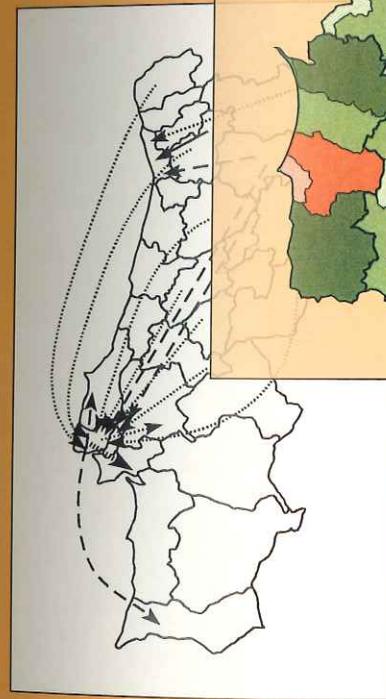
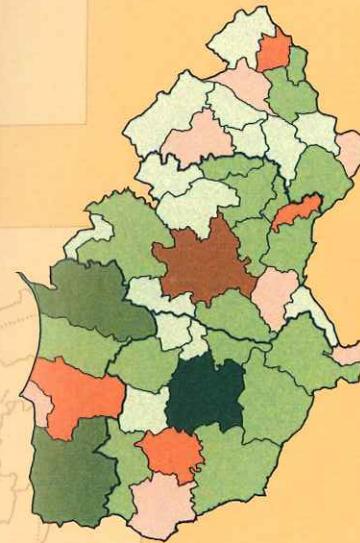


A QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E O DESENVOLVIMENTO DE ZONAS PERIFÉRICAS



Nelson Lourenço
Maria do Rosário Jorge
Carlos Russo Machado

- **Edição:**
EIA, S.A. / Universidade Atlântica
Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena
2745-615 Barcarena
Telefone: 21 439 82 00
Fax: 21 430 25 73
- **Autores:**
Nelson Lourenço
Maria do Rosário Jorge
Carlos Russo Machado
- **Tiragem:**
150 exemplares
- **Tipografia**
Aço - Artes Gráficas
- **Depósito Legal:**
156888/00
- **ISBN:**
972-977-87-3-6
- **Data de Edição:**
Julho 2000

NOTA PRÉVIA

Este livro apresenta os resultados de um estudo finalizado em 1998^(a) que teve como objectivo a análise da qualificação dos recursos humanos e a mobilidade da mão-de-obra em regiões onde se verificam processos de periferização económica, social e demográfica.

A investigação permitiu obter uma visão das dinâmicas do mercado de emprego através do estudo dos processos de mobilidade sectorial e geográfica em zonas periféricas. A análise, baseada fundamentalmente nos dados das estatísticas oficiais, foi completada pela leitura dos discursos dos principais protagonistas regionais na área da aquisição de qualificações, no sentido de melhor compreender a articulação entre a formação, a criação de emprego e a fixação da população em áreas periféricas.

O estudo foi realizado por investigadores pertencentes a duas instituições: o SOCINOVA (Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, da Universidade Nova de Lisboa) e o Centro de Investigação da Universidade Atlântica.

Para a realização do trabalho agora publicado contribuíram de forma decisiva outros colaboradores a quem aqui se expressa os devidos agradecimentos. A Dra. Alexandra Correia desenvolveu, na região do Alentejo, uma parte significativa do trabalho de campo. O Dr. Luís Rodrigues, que integra actualmente a equipa do Centro de Investigação da Universidade Atlântica, deu um valioso contributo no tratamento da representação cartográfica da informação.

Os autores expressam também o seu agradecimento ao Gabinete de Estudos da Câmara Municipal de Oeiras, particularmente ao Dr. António Fernandes e ao Dr. João Melo pelo seu apoio.

Não teria sido possível realizar este estudo sem o interesse e o apoio de um grande número de entidades e pessoas que se disponibilizaram a colaborar, prestando informações, reflectindo sobre as questões colocadas, cedendo algum do seu tempo. Para eles o reconhecimento e a gratidão dos autores.

Barcarena, Julho de 2000

(a) Projecto financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica - Programa Estímulo à Investigação no Domínio do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (nº PDGT/QRH/316/94).

AUTORES

Nelson Lourenço

Doutor em Sociologia. Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa e Investigador do SOCINOVA (Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, da Universidade Nova de Lisboa). Presidente do Comité Português do Programa Intergovernamental "Management of Social Transformations", da UNESCO. Membro do Comité Nacional do International Geosphere-Biosphere Programme: Global Environment Change (ICSU-UNESCO), junto da Academia das Ciências. Membro do Conselho de Gestão do Programa COST / Social Sciences - Rural Innovation (DG XII, EU). Autor de livros e de artigos publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras sobre questões de mudança social e desenvolvimento.

Maria do Rosário Jorge

Mestre em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Assistente da Universidade Atlântica. Investigadora do CIUATLA (Centro de Investigação da Universidade Atlântica). Tem desenvolvido a sua investigação nas áreas da mudança social e da sociologia e desenvolvimento do território.

Carlos Russo Machado

Licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Assistente da Universidade Atlântica. Investigador do CIUATLA (Centro de Investigação da Universidade Atlântica). Tem desenvolvido a sua investigação nas áreas de Avaliação de Riscos Naturais e de Metodologias de análise das mudanças do

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS PERIFÉRICAS DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÓMICO E DAS ÁREAS SUJEITAS A PROCESSOS DE DESERTIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA	9
1.1 Dimensão demográfica: evolução da população	9
1.1.1 Da década de 50 ao 25 de Abril: a saída dos campos	10
1.1.2 Do 25 de Abril à adesão à União Europeia: o regresso da população e a expansão das áreas urbanas	13
1.1.3 Após a adesão à União Europeia: a concentração nas cidades	16
1.2 Dimensão económica: indicadores económicos e mercado de trabalho	17
1.2.1 Indicadores económicos	17
1.2.2 Dinâmica da população activa e o mercado de trabalho: a passagem da agricultura aos serviços	20
1.2.3 Contrastes regionais	33
1.3 Dimensão habilitações e aquisição de qualificações	36
1.3.1 A população segundo os grupos etários e o nível de instrução	39
1.3.2 O sistema de qualificações profissionais e distribuição regional	46
1.3.3 Síntese / discussão	60
2. MOBILIDADE DA POPULAÇÃO	61
2.1 Saldos das migrações internas da população residente entre NUTS III	62
2.1.1 NUTS de atracção e de repulsão	63
2.1.2 A mobilidade da população na Região do Alentejo	70
2.1.3 A mobilidade interna em Portugal Continental	71
2.1.4 A mobilidade da população	73
2.2 Fluxos da população residente segundo os níveis de instrução	74
2.3 Saldos da população residente empregada segundo os sectores de actividade	81
2.4 Fluxos da população residente empregada segundo os sectores de actividade	90
2.5 Síntese	97

3. A REGIÃO DO ALENTEJO: REFORÇO OU INVERSÃO DOS PROCESSOS DE PERIFERIZAÇÃO	101
3.1 Saldos da população nos concelhos do Alentejo e a relação com o nível de instrução e com o sector de actividade	102
3.1.1 Distribuição da população nos concelhos do Alentejo	104
3.1.2 A idade da população no Alentejo	106
3.1.3 O emprego por sectores de actividade económica	113
3.1.4 A mobilidade da população	120
3.1.5 Saldos das Migrações Internas	121
3.2 A aquisição de qualificações dos recursos humanos no contexto do desenvolvimento no Alentejo	124
3.2.1 O desenvolvimento regional e a criação de emprego	125
3.2.2 O papel da formação profissional no processo de desenvolvimento da região e a criação de emprego	135
3.2.3 A aquisição de qualificações e a mobilidade sectorial e geográfica da população	140
3.2.4 A formação profissional como factor de mobilização da população	146
3.3 A falta de articulação entre o sistema de qualificação profissional e as necessidades do mercado de trabalho na região	155
3.4 A eficácia das acções de apoio à criação de empresas na promoção da iniciativa empresarial	174
4. DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ÀS TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS	189
4.1 Trajectórias profissionais que passam pela criação do próprio emprego	192
4.2 Quando a formação profissional não contribui para uma efectiva integração no mercado de trabalho	195
BIBLIOGRAFIA	201
ÍNDICE DE FIGURAS	209
ÍNDICE DE QUADROS	213

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a estrutura da população activa portuguesa sofreu mudanças bastante significativas, com especial relevo para a forte diminuição da população empregada na agricultura e para o aumento significativo do peso do sector terciário. A integração europeia, nomeadamente no que se relaciona com as políticas comuns, como a Política Agrícola Comum, constitui um dos factores que se encontra na origem dessas mudanças, principalmente em regiões onde as actividades agrícolas continuam a ser responsáveis por uma parte importante do emprego. Estas transformações têm fortes implicações nas estruturas sociais e económicas e no ordenamento do território, daí o interesse em analisar os processos de mobilidade social e geográfica.

As mudanças tecnológicas e organizacionais inerentes à emergência de novos paradigmas técnico-económicos conduzem a importantes modificações nas dinâmicas do mercado de trabalho e acentuam a disparidade entre as qualificações profissionais dos recursos humanos e as necessidades efectivas da estrutura económica. A insuficiente qualificação da mão-de-obra, com níveis claramente inferiores aos europeus no que respeita à escolarização e à formação profissional é um dos fortes obstáculos que se colocam ao desenvolvimento regional e à mobilidade (ou fixação) sectorial, e até geográfica, dos recursos humanos.

A existência de assimetrias regionais fortes levanta problemas quanto aos processos de desenvolvimento económico e social das regiões mais desfavorecidas. Estas assimetrias são bastante acentuadas pela saída da população em idade activa destas regiões para as áreas urbano-industriais (dentro ou fora do país) onde a oferta de emprego é maior e a diversidade de actividades económicas permite mais hipóteses de acesso ao mercado de trabalho.

A valorização dos recursos humanos, através do ensino e da formação profissional, é um dos factores para a promoção do desenvolvimento económico e social que poderá contribuir para a diminuição das disparidades regionais, pelo que se considerou importante a realização de um estudo que articulasse estas duas componentes. Para tal procurou-se uma perspectiva interdisciplinar que beneficiou do intercâmbio de conhecimentos da Geografia Regional, da Sociologia Rural, da Sociologia do Desenvolvimento e da Sociologia do Trabalho.

Deste modo procurou-se enquadrar este estudo num conjunto de dimensões relacionadas com os conceitos associados aos novos paradigmas de análise da Sociologia Rural como o espaço e a ruralidade, os novos actores sociais, a aceleração das mudanças sociais e a interdependência crescente dos espaços resultantes da globalização.

Novas perspectivas de análise da Sociologia Rural

Para H. Newby, enquanto existia um certo optimismo no que respeita ao futuro do crescimento económico e aos benefícios que a mudança tecnológica traria à população rural, a modernização da agricultura era considerada o motor da mudança económica e social no campo. A Sociologia devia então contribuir para o progresso da mudança tecnológica, investigando as barreiras sociais e culturais na aceitação de inovações e, deste modo, colaborar na construção de políticas mais adequadas aos problemas sociais do campo (Newby, 1985), devendo além disso analisar de que modo a mudança tecnológica e económica podia contribuir para o fim da identidade rural. Estas preocupações reflectiram-se em dois esquemas conceptuais: a teoria da modernização e o contínuo rural/urbano.

Estes esquemas conceptuais seriam postos em causa no início dos anos setenta, período que é caracterizado pela chamada crise da Sociologia Rural e até da própria sociedade rural. A mudança tecnológica retirou à agricultura em todos os países europeus uma grande parte da sua força de trabalho e, em muitos deles, provocou um despovoamento das áreas rurais muito forte. Em Portugal, o êxodo rural também provocou profundas mudanças técnicas, económicas e sociais que afectam os campos, embora neste caso e ao contrário dos restantes países europeus, o êxodo não se deve tanto às mudanças tecnológicas como ao atraso económico e às más condições de vida.

Inúmeros autores procuraram delimitar o "urbano" e o "rural", utilizando este paradigma dualista para interpretar as transformações económicas e sociais. No entanto, sociólogos rurais, como Newby e Friedland, viriam a criticar esta análise devido à falta de precisão na diferenciação de estilos de vida e de comportamentos sociais. A industrialização em zonas rurais vem demonstrar que a utilização de identificação clássica de indústria com cidade é controversa e imprecisa. As indústrias no domicílio e a industrialização difusa constituem características específicas do processo de desenvolvimento capitalista que afectam determinadas regiões.

Nos anos oitenta, a preocupação em definir o que é rural é ultrapassada, sendo substituída pela procura de definições pragmáticas de acordo com as necessidades da investigação, num reconhecimento de que as grandes mudanças da sociedade rural não põem em causa a Sociologia Rural, mas provocam a alteração dos problemas estudados. Contudo, muitas das questões analisadas nos anos sessenta mantêm-se, verificando-se uma alteração da ênfase da investigação, no sentido de examinar a estrutura da agricultura em sociedades industriais avançadas, a influência da política agrícola na mudança económica e social, as condições de trabalho agrícola, a desigualdade regional e as causas e consequências da mudança ambiental.

Para Kayser (1990), muitas definições de rural tornaram-se obsoletas e, actualmente, o problema da "modernização" não é tanto como aumentar a produção e melhorar a eficácia, mas como gerir o declínio da produção, reduzir as ajudas públicas ao sector agrícola e analisar o impacte das alterações agrícolas no ambiente. Assim, embora nos dias de hoje o sistema económico e social integre a cidade e o campo, segundo Kaiser, deve-se reter que o espaço rural continua a definir-se como um modo particular de

utilização do espaço e de vida social, que se caracteriza pela densidade relativamente fraca dos habitantes e das construções, pela consequente preponderância da cobertura vegetal, por uma utilização económica predominantemente agro-silvo-pastoril, um modo de vida dos habitantes caracterizado pela pertença a colectividades de dimensão limitada e pela sua relação particular com o espaço, e uma identidade e representação específicas fortemente conotadas pela cultura camponesa.

Nos anos noventa, vários autores procuraram, através de uma análise crítica, salientar a importância da Sociologia Rural como um contributo para a melhoria da vida das pessoas que vivem em áreas rurais. Friedland (1989) defende o desenvolvimento de análises críticas do carácter da realidade social e das realidades sociais mais pertinentes para a tradição da Sociologia Rural. Para o autor, a análise já não se pode basear numa sociedade com baixas densidades populacionais e não interessa considerar aquilo que ela não é (urbana). Logo, os sociólogos rurais deviam dirigir a análise para tópicos sociais que estão mais próximos da sua "jurisdição", em particular a agricultura.

Contudo, para outros autores, como Christenson (1989), a Sociologia Rural foi e continua a ser muito mais que uma Sociologia da agricultura. O imperativo da Sociologia Rural é explicar o contexto e a situação das pessoas que vivem em áreas rurais. A importância dos sociólogos rurais está no exame crítico das questões rurais sob diferentes perspectivas e do seu trabalho deve emergir investigação relevante sobre as políticas e a defesa social das pessoas que vivem em áreas rurais.

Também para Copp (1989), a Sociologia Rural não deve ser reduzida à Sociologia da agricultura ou à Sociologia dos agricultores, pelo contrário deve centrar a sua análise na Sociologia da periferia, na Sociologia das estruturas periféricas e da vida no mundo periférico. A análise deve-se centrar no comportamento e organização sociais associados a locais periféricos, com baixa densidade populacional, espaço e escassez de serviços. Para o autor, o rural não se suporta por si próprio, é somente um modo conveniente de dar especial atenção aos problemas de status periférico.

Contribuindo agora para o aprofundamento de áreas de investigação já equacionadas pelos autores referidos anteriormente, destaca-se o trabalho de Harris et al. (1995). Estes autores defendem que a compreensão das forças económicas e sociais presentes nas áreas rurais requer uma variedade de abordagens teóricas e metodológicas. Para eles, as teorias e as estratégias de investigação pós-moderna, feminista e narrativa podem ser um meio de iluminar práticas e processos sociais. Estas abordagens fornecem instrumentos para representar a complexidade das pessoas e locais rurais e também podem ser aplicadas a outras áreas de investigação como a Sociologia da agricultura e do ambiente, sugerindo novas questões a analisar e abordando as anteriores de outra forma. Estas abordagens fornecem novos ângulos de visão da dinâmica da mudança social rural.

A maior parte das abordagens tradicionais do desenvolvimento rural salientam a criação de empregos e o crescimento económico. A ideia subjacente é que as áreas rurais não acompanham as áreas urbanas e suburbanas num conjunto de indicadores sociais e económicos e que as estratégias de crescimento económico vão melhorar

gradualmente o bem estar das pessoas e comunidades rurais. A maior parte dos estudos de desenvolvimento rural tem raízes no paradigma do mercado suportando políticas governamentais e actividades do sector privado que encorajam o investimento em áreas rurais. Apesar das numerosas investigações, a dinâmica económica e social do processo manteve-se pouco conhecida. O discurso corrente define as pessoas e os locais rurais como "inacabados" perante os locais urbanos. Estas perspectivas associam aos rurais um conjunto de problemas, como a pobreza, poucas escolas, serviços de saúde inadequados e poucas oportunidades de trabalho, que podem ser resolvidos através da modernização ou desenvolvimento económico.

Nesse sentido, a necessidade de produzir novas formas de pensamento e acção leva, por exemplo, à abordagem narrativa. Esta pode tentar explicar a trajectória de desenvolvimento de um local examinando as formas da história local. Outra nova abordagem, a dos autores pós-modernos, defende que a integração das áreas rurais no sistema económico global reduziu o espaço de reacção em períodos de incerteza económica e minou a capacidade das áreas rurais. Ao contrário destas perspectivas, a abordagem pós-moderna do desenvolvimento rural destrói o conceito de desenvolvimento rural. Os pós-modernistas argumentam que o discurso de desenvolvimento silenciou as vozes e culturas das comunidades e pessoas rurais, definindo os seus conhecimentos, práticas e experiências como impeditivos do crescimento económico e não como recursos que podem ser utilizados para manter o bem estar social e económico enquanto se preservam importantes formas de vida.

Espaço e ruralidade

Mais do que pretender indicar exaustivamente os novos paradigmas da Sociologia Rural, as novas abordagens, que a seguir se apresentam, constituem um contributo importante para a compreensão do espaço rural na perspectiva de uma análise complementar das diferentes dimensões da realidade social nas áreas rurais.

Para Kayser (1990) o mundo rural não pode ser analisado sem reconhecer o lugar e o papel dos agricultores como "mestres do espaço e inspiradores dos modos de vida". Nesse sentido, o campo de estudo das sociedades aldeãs não se pode reduzir às sociedades camponesas. O autor parte da observação da diversidade do mundo rural e distingue quatro tipos de espaços rurais. O primeiro, denominado a terceira coroa periurbana, corresponde ao espaço onde os processos de urbanização se confrontam com uma agricultura e uma sociedade rural em pleno funcionamento e onde a construção urbana é localizada e limitada. O segundo tipo caracteriza-se por uma economia agrícola produtiva: o conjunto do território cultivável é valorizado e explorado profissionalmente, o que não implica que a sociedade aldeã seja dominada pelos agricultores e o quotidiano pela vida camponesa. O terceiro tipo é espaço rural "profundo", ou seja, o espaço qualificado como marginal por uns, de "reserva" por outros, onde a produtividade é fraca, e onde não se considera a modernização. É um espaço disponível dentro de certa medida, mas pobre e onde a própria sociedade, envelhecida, reflecte a dificuldade das condições de vida. O quarto tipo de espaço rural caracteriza-se pela implantação das actividades de serviços urbanos, de lazer, sanitários

e sociais, até mesmo industriais. Estas actividades dão vida ao espaço rural e introduzem os processos económicos, sociais e culturais irreversíveis.

Outros autores procuram definir tipologias do espaço rural, no entanto, e tal como salienta Kayser, a análise da ruralidade deve ultrapassar a simples descrição do espaço rural. Para o autor, a ruralidade é uma forma de relação da sociedade e do espaço, que apresenta uma característica dominante: a sua inscrição local. A ruralidade é feita de uma multiplicidade de colectividades locais. Nestas colectividades a relação da sociedade com o espaço é local e pode ser analisada em termos de relações económicas, de relações sociais, de relações com o ambiente e, finalmente de relações na própria localidade. Nesse sentido, os traços que caracterizam estruturalmente o espaço rural são, no essencial, o fraco valor e a dispersão dos seus recursos económicos e humanos.

Do ponto de vista económico, a agricultura, apesar dos enormes progressos de produtividade, mantém-se como uma actividade frequentemente de fraco valor absoluto. Do ponto de vista humano, está tradicionalmente associada à fraca concentração da população, à permanência do êxodo, ao envelhecimento, à raridade de quadros e à ausência de um aparelho de formação qualificada, factores que colocam o espaço rural num estado evidente de fraqueza. Do ponto de vista geográfico, a natureza do território e das suas infra-estruturas opõe-se ao surgimento de actividades modernas. São estes factores que ainda explicam a imagem e representação de inferioridade secular do espaço rural. O autor analisa os factores de revalorização do espaço rural, esquematizando um sistema de elementos interactivos.

No centro deste sistema está a associação bipolar da necessidade de espaço da sociedade global e a necessidade de paridade dos rurais. O espaço rural revela-se um jogo de relações, objecto de competição, é uma configuração feita de territórios com estatutos diferentes: territórios de escalas e níveis variados, necessariamente dotados de estruturas e, portanto, de organização política sobre os quais são confrontados e eventualmente enfrentados os actores que determinam o seu destino.

Como conclusão, pode-se considerar a perspectiva de Linda Lobão (1992), para quem os novos estudos demonstram que o desenvolvimento económico é desigual em diferentes contextos espaciais. A mudança tem ocorrido mais rapidamente e é mais influenciada por factores globais que no passado. Em contraste com o uso de critérios administrativos ou propor diferenças entre fenómenos rurais e urbanos, a fundamentação lógica para o estudo da ruralidade tem que ser a importância do seu contributo para a compreensão do mundo social e para as teorias mais gerais.

Assim, o conceito de ruralidade não deve ser considerado como estável e indiferenciado. Até porque o processo que criou e mantém a ruralidade, ou seja, os locais deixados para trás ou marginalizados durante um determinado período histórico, são semelhantes para as áreas rurais assim como para as urbanas. As novas perspectivas sugerem que a questão central seja o espaço, independentemente de ser rural ou urbano. A autora conclui que a abordagem dos espaços rurais deve-se basear na ideia de que a ruralidade é socialmente construída de duas formas principais: no

significado que as pessoas lhe dão e na forma como é usada nas relações sociais de produção.

Metodologia de investigação e delimitação espacial e temporal

Retomando as questões iniciais, a compreensão das dinâmicas que conduziram à periferação de algumas regiões implica a utilização de múltiplas abordagens, que extravasam uma única disciplina ou as antigas perspectivas da Sociologia Rural. É nesse sentido que foi desenhado o esquema orientador da pesquisa empírica e que se organiza em dois grandes pontos:

- Os processos de periferação das áreas rurais
 - Identificação de áreas periféricas do ponto de vista socio-económico e de áreas sujeitas a despovoamento
 - Análise do desenvolvimento local a partir da mobilidade, valorização e aproveitamento dos recursos humanos de cada região.
- A qualificação dos recursos humanos e a dinâmica territorial do mercado de trabalho
 - Análise das formas de aquisição de qualificações dos recursos humanos e a sua importância no contexto do desenvolvimento regional
 - Análise das dificuldades de articulação entre o sistema de qualificação profissional e as necessidades do mercado de trabalho ao nível regional

Identificação das trajectórias profissionais dos activos e das dinâmicas de mobilidade sectorial e geográfica em regiões onde se verificam onde se verificam processos de periferação social, económica e demográfica.

A desigual distribuição regional das actividades económicas em alguns países industrializados deu origem a um conjunto de regiões ameaçadas pelo despovoamento e, em alguns casos, pelo acentuado declínio da agricultura. São regiões com limitações em termos de recursos naturais que estão a perder a sua vitalidade, população e onde as actividades económicas estão a tornar-se cada vez mais precárias ao ponto da sua manutenção se encontrar em perigo (Bazin e Roux, 1995).

Os espaços privilegiados do objecto de estudo são as áreas periféricas, daí a necessidade de procurar identificar estas áreas a nível nacional. Os processos de periferação são diferentes de região para região e têm diferentes características do ponto de vista da demografia, da economia e de outras dimensões socioculturais da população.

O estudo dos processos de periferação das áreas rurais e a identificação das áreas periféricas assentou na análise da informação estatística disponível e abarcou duas dimensões. A dimensão demográfica e a dimensão socio-económica. Na primeira, foi fundamental a análise dos dados relativos à forma de ocupação do território, integrando o volume de população (taxas de crescimento e de variação) e a densidade populacional (dicotomia entre áreas urbanas e rurais). Na segunda dimensão

privilegiaram-se, por um lado, os indicadores de caracterização social da população como a idade, o nível de instrução e a actividade económica e, por outro lado, os indicadores económicos regionais como o valor acrescentado bruto e a estrutura do rendimento das famílias.

Relativamente à delimitação temporal, o estudo centra-se na actualidade, no entanto, sempre que necessário, fez-se o recuo temporal considerado necessário para permitir enquadrar e explicar o processo de periferação das áreas em estudo, a nível nacional e ao nível das áreas periféricas.

No quadro da sua teoria da estruturação social, Giddens (1984) concluiu que toda a vida social é episódica e caracterizar um aspecto da vida social como um episódio é observá-la como um conjunto de actos e acontecimentos, com um princípio e um fim específicos e, conseqüentemente, uma sequência particular. Analiticamente, definir dois momentos significa identificar marcas para a abertura de uma sequência de mudanças e essa sequência como um processo de "transmutação institucional". Partindo da proposta de Giddens, definiram-se três episódios orientadores da investigação, balizados por acontecimentos históricos e socialmente significativos e estruturantes da sociedade portuguesa: o período que vai do pós guerra ao 25 de Abril de 1974; o período posterior ao 25 de Abril e anterior à adesão à União Europeia¹ (1986); o período posterior à adesão à União Europeia².

A metodologia de investigação contemplou dois momentos fundamentais. Num primeiro momento, foi realizado o levantamento de dados estatísticos, principalmente junto do Instituto Nacional de Estatística e de outras fontes como as Delegações Regionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional e dos respectivos Centros de Emprego e na Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

A recolha de dados foi realizada a nível nacional, isto é, procurou-se obter indicadores socio-económicos e demográficos para todo o Continente. A análise destes indicadores permitiu identificar as regiões com maiores problemas de periferação sob diversas perspectivas. Assim, optou-se por centrar a recolha de informação e aprofundar a análise na região onde os problemas de desenvolvimento parecem mais directamente relacionados com a falta de alternativas socio-económicas, com o despovoamento e com o baixo nível de qualificação da população, o Alentejo.

Deste modo, num segundo momento, foi realizado um conjunto de entrevistas junto de protagonistas regionais do Alentejo com responsabilidades na promoção da formação profissional na região e conhecedores da sua importância no contexto do desenvolvimento regional. Com estas entrevistas aprofundadas foram identificadas situações tipo de mobilidade da população e de qualificação profissional, permitindo a análise qualitativa das trajectórias profissionais dos trabalhadores. A definição e

¹ Em todo o texto foi adoptada a designação actual, União Europeia, por facilidade de escrita, ainda que se possa reportar ao período em que a designação era Comunidade Económica Europeia ou Comunidade Económica.

² A análise da actualidade é, contudo, condicionada pela falta de dados estatísticos recentes que permitam a actualização da informação desde o último recenseamento da população de 1991.

escolha dos indicadores e dos critérios para a selecção da amostra tiveram duas fases distintas: a primeira, correspondeu à selecção de áreas dentro da região do Alentejo onde se identificaram processos de desenvolvimento de actividades económicas e, conseqüentemente, de envolvimento e qualificação da população; a segunda fase permitiu definir o grupo de pessoas a entrevistar em cada área.

A estrutura desta publicação reflecte, assim, os objectivos e a metodologia apresentados anteriormente. Deste modo, o primeiro capítulo corresponde à identificação, no país, das áreas periféricas, sendo reconhecidos os contrastes regionais mais significativos relativamente às dimensões demográficas, económicas, do mercado de trabalho e da aquisição de qualificações.

No segundo capítulo a análise centra-se na compreensão dos principais factores da mobilidade geográfica da população em Portugal continental e no seu reflexo no povoamento do território. No terceiro capítulo pretende-se compreender, na região do Alentejo, de que modo se faz a articulação entre o desenvolvimento e a aquisição de qualificações.

Por fim, e a partir de um conjunto de entrevistas, foi realizada a análise de algumas trajectórias individuais com o objectivo de ilustrar as questões associadas à aquisição de qualificação profissional.